



MINISTÉRIO DAS CIDADES
OUVIDORIA
COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS E ACESSO À INFORMAÇÃO

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

RELATÓRIO 3º TRIMESTRE DE 2024

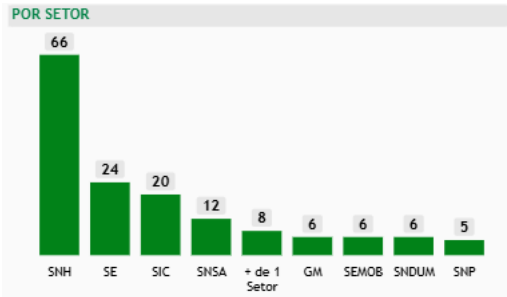
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

À Autoridade de Monitoramento da LAI,

Apresentamos o Relatório do 3º Trimestre de 2024, que tem como objetivo apresentar o desempenho do MCID no cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024.

1. NÚMERO DE PEDIDOS E PEDIDOS POR ÁREA

- 1.1. O Ministério das Cidades (MCID) ocupou a 50ª posição no ranking dos órgãos mais demandados por pedidos de acesso à informação (LAI) no terceiro trimestre de 2024, com **153 solicitações recebidas no segundo trimestre**.
- 1.2. Do total de pedidos, 7 foram encaminhados para outros órgãos e 146 foram respondidos pelo MCID.
- 1.3. A Secretaria Nacional de Habitação foi a área técnica mais demandada, com 43,13% das solicitações, seguida pela Secretaria Executiva com 15,68%.



Fonte: [Painel Ouvidoria Praticidades](#)

2. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO

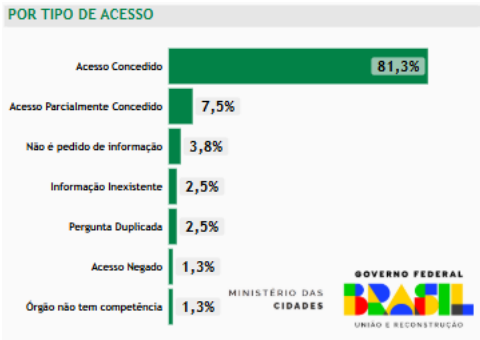
- 2.1. O tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação (LAI) no Ministério das Cidades (MCID) foi de 8,97 dias no terceiro trimestre de 2024, um prazo bastante satisfatório se comparado ao limite legal de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- 2.2. É importante destacar que nenhuma demanda foi respondida fora do prazo legal.



Fonte: [Painel Ouvidoria Praticidades](#)

3. TIPO DE ACESSO

- 3.1. No terceiro trimestre de 2024, 81,3% dos pedidos atendidos tiveram acesso integral aos dados requisitados. Outros 7,5% dos casos receberam acesso parcial e somente 1,3% tiveram acesso negado com base nas hipóteses legais previstas.



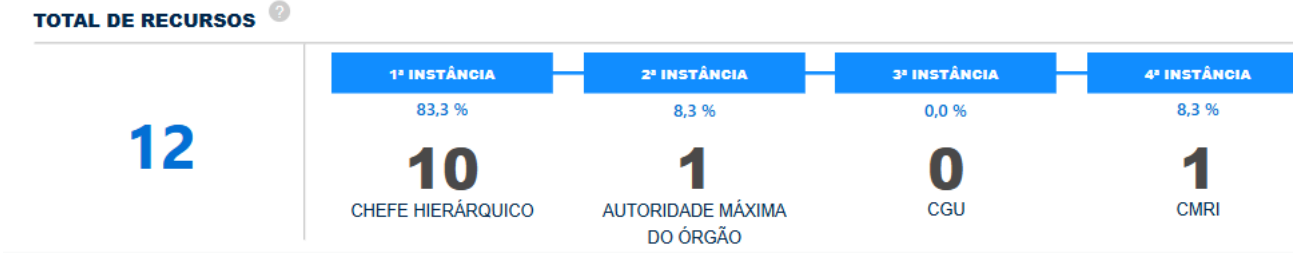
Fonte: [Painel Ouvidoria Praticidades](#)

SETOR/ASSUNTO	QUANTIDADE
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	66
Minha Casa Minha Vida	48
Política Nacional de Habitação	9
Outros Programas e Ações Habitacionais	6
Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	3
SECRETARIA EXECUTIVA	24
Licitações e Contratos	5
Documentação e Protocolo	4
Gestão de Pessoas	4
Tecnologia da Informação	4
Infraestrutura Ministerial	3
Orçamento e Finanças	3
Conselho das Cidades	1
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO	20
Encaminhada via Fala.BR a outro órgão/entidade	7
Duplicidade	4
Não é pedido de informação	3
Assuntos diversos do MCID	2
Competência de outro órgão/entidade	2
Minha Casa Minha Vida	2
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	12
Saneamento Ambiental	7
Projetos e Sistemas de Informações	3
Políticas e Planos de Saneamento	2
MAIS DE UM SETOR	8
Programas e Ações do MCID	7
Convênios	1
GABINETE DO MINISTRO	6
Assuntos Parlamentares	3
Corregedoria	3
SECRETARIA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	6
Mobilidade Urbana	5
Planos e Programas de Mobilidade Urbana	1
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO	6
Ordenamento Territorial Urbano e Metropolitano	3
Capacidades	1
Legislação Urbanística e Direito Urbanístico	1
Transição Climática	1
SECRETARIA NACIONAL DE PERIFERIAS	5
Prevenção a Desastres	3
Regularização Fundiária Urbana	2

Fonte: [Painel Ouvidoria Praticidades](#)

5. **RECURSOS**

5.1. No terceiro trimestre de 2024, o MCID recebeu 12 recursos contra decisões tomadas em pedidos de acesso à informação.



Fonte [Painel Lei de Acesso à Informação da CGU](#)

5.2. Nesse contexto, importa ressaltar que o recurso endereçado à 4ª instância ainda não havia sido apreciado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações ao término do terceiro trimestre de 2024.

6. **PESQUISAS DE SATISFAÇÃO**

6.1. O trabalho do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em conjunto com as demais áreas do Ministério, demonstra-se satisfatório, conforme evidenciado pela satisfação do usuário nos gráficos abaixo, relativos aos três primeiros trimestres de 2024:



Fonte [Painel Lei de Acesso à Informação da CGU](#)

6.2. Os gráficos acima evidenciam que o atendimento prestado pelo SIC-MCID ao cidadão vem mantendo com regularidade um elevado índice de satisfação do usuário com os serviços dessa unidade.

7. **CASOS ESPECÍFICOS**

7.1. No terceiro trimestre de 2024, a Ouvidoria identificou demandas de acesso à informação com temas de relevância para a sociedade, demonstrando o compromisso do Ministério com a transparência e a participação social.

7.2. Alguns dos temas abordados nesses pedidos incluem:

- Transparência na gestão pública:**
- 80002.001976/2024-02: solicitando informações sobre denúncias de assédio moral e sexual recebidas no MCID.
 - 80002.002088/2024-07: solicitando informações sobre registros de entrada/saída de pessoas da sede do MCID.
 - 80002.001979/2024-38 e 80002.002211/2024-81: pedidos de informação solicitando informações de ofícios de emendas de bancada (RP7) e de comissão (RP8) recebidos no MCID.
 - 80002.002406/2024-21: solicitando informações sobre dados da folha de pagamento de pessoal de julho de 2024.
 - 80002.002444/2024-84: solicitando informações sobre ofícios encaminhados ao MCID por parlamentares.
 - 80002.002576/2024-14: solicitando informações sobre cargos vagos e concurso do MCID.
 - 80002.002350/2024-13: pedido solicitando informações sobre congelamento orçamentário de dotações do MCID.
 - 80002.002742/2024-74: solicitando informações sobre a estrutura da unidade de correição existente no MCID e sobre julgamento de processos administrativos disciplinares contra servidores públicos.
 - 80002.002958/2024-30: solicitando informações sobre denúncias de assédio, stalking e constrangimento moral.
 - 80002.002622/2024-77: pedido solicitando informações sobre estudos e relatórios técnicos que fundamentaram a decisão da redução dos orçamentos das ações orçamentárias descritas no PLN 26/2024 e na Lei nº 14822/2023.
- Políticas públicas e investimentos públicos do MCID:**
- 80002.002145/2024-40: solicitando informações sobre o histórico das políticas habitacionais brasileiras desde 1988.
 - 80002.002145/2024-40: solicitando detalhamento de dados de caderno técnico do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB.
 - 80002.002727/2024-26: solicitando informações sobre o Plano Nacional de Habitação 2040.
 - 80002.002757/2024-32: solicitando informações sobre municípios que ainda não fizeram a regulação do saneamento básico nos termos do Novo Marco Legal do Saneamento.
 - 80002.002790/2024-62: solicitando informações sobre municípios que aprovaram Plano de Mobilidade Urbana.
 - 80002.002811/2024-40: solicitando informações sobre a implementação e execução dos Decretos Presidenciais nº 10.692/2021 e nº 11.219/2022, sobre prevenção de desastres.
 - 80002.002837/2024-98: solicitando informações sobre a realização dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - 80002.002888/2024-10: solicitando informações sobre Políticas do MCID para a população surda.
 - 80002.002426/2024-01: solicitando informações sobre o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores.
 - 80002.002222/2024-61: solicitando informações sobre investimentos verdes no âmbito do MCID.
 - 80002.002282/2024-84: solicitando informações sobre financiamentos habitacionais entre 2014 e 2024 com uso de fundos públicos.
 - 80002.002468/2024-33: solicitando informações sobre processos administrativos de obras paralisadas do MCID.
 - 80002.002509/2024-91: solicitando informações sobre listagem de programas ou editais abertos pelo MCID.

8. **CONCLUSÃO**

8.1. Diante do exposto, verifica-se que a análise dos dados do [Painel Lei de Acesso à Informação da CGU](#) e do [Painel Praticidades do MCID](#) revela um panorama positivo, no terceiro trimestre de 2024:

- Posicionamento no ranking da LAI:** O MCID permaneceu entre os 50 órgãos mais demandados por pedidos de informação no terceiro trimestre de 2024.
- Tempo médio de resposta:** O tempo médio de resposta aos pedidos de LAI foi de 8,97 dias, um resultado que se encontra dentro do prazo legal de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- Acesso à informação:** O MCID proporcionou acesso integral aos dados em 81,3% dos casos, evidenciando seu compromisso com a transparência das informações.
- Satisfação do usuário:** As pesquisas de satisfação demonstram que os usuários estão satisfeitos com o serviço prestado pelo SIC do MCID.

8.2. O MCID demonstra, assim, o seu compromisso com a transparência e a participação social, assegurando o direito à informação de todos os cidadãos.

À consideração da Ouvidoria do Ministério das Cidades.

JOÃO PEDRO TOLEDO DA SILVA

Coordenador de Proteção de Dados e Acesso à Informação

De acordo. À Autoridade de Monitoramento da LAI para conhecimento.

GRAYCE MARTINS DA SILVA GONÇALVES

Ouvidora do Ministério das Cidades



Documento assinado eletronicamente por **Grayce Martins da Silva Gonçalves, Ouvidora do Ministério das Cidades**, em 21/11/2024, às 17:02, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pedro Toledo da Silva, Coordenador de Proteção de Dados e Acesso à Informação**, em 21/11/2024, às 17:54, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5363150** e o código CRC **26EDC941**.